

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: _____ (nome), _____ (estado civil),
policial penal, portador (a) de RG sob nº _____, inscrito (a) no CPF/MF sob nº
_____, residente e domiciliado (a) na rua _____,
nº _____, bairro _____, na cidade de _____/PR,
CEP _____, endereço eletrônico _____ e com telefone de
contato (____) _____.

OUTORGADOS: PAULO HORÁCIO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no
CNPJ: 29.226.029/0001-78, neste ato representado por seu sócio **PAULO HENRIQUE AREIAS
HORÁCIO**, brasileiro, casado, advogado devidamente inscrito na OAB/PR sob o nº 46.675, com endereço
profissional na Rua Buenos Aires, no 457, conj. 82, 8º andar, Batel, Curitiba, Paraná. E-mail:
paulohor@gmail.com e SCHWERTNER & ANOÍZ ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita na OAB/PR nº
7.475, neste ato representado por seu sócio-administrador **DHIOGO RAPHAEL ANOÍZ**, brasileiro, casado,
advogado devidamente inscrito na OAB/PR nº 58.623, com endereço na Rua Bartolomeu de Gusmão, nº 1509,
Sala 07, Centro, Foz do Iguaçu/PR, CEP 85.852-130. E-mail: dhiogo@advocacia-sa.com.br

PODERES: Os contidos nas cláusulas “*Ad judicium et extra*”, amplos e inerentes ao bom e fiel cumprimento
deste mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 105 do Código de Processo
Civil, e os especiais para requerer justiça gratuita, transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer,
renunciar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitação, praticar
todos os atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, e órgãos da administração
pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, aforar demanda
judicial na defesa de seus direitos, seja através de processo de conhecimento ou de execução, especialmente
em face da Fazenda Pública do Estado do Paraná, com poderes para recorrer a quaisquer instâncias e
tribunais que compõe o Poder Judiciário, podendo ainda substabelecer os poderes que aqui lhe são
outorgados, atuando em conjunto ou separadamente com o substabelecido para atuar, em especial, em ação
judicial que busca o reconhecimento e averbação do tempo de serviço laborado no regime trabalhista para
todos os fins no regime administrativo.

(assinatura)